

Característica bem singular

O salário mínimo brasileiro possui uma característica singular dentro do mercado global. O mínimo nacional é o parâmetro para o mercado de trabalho, mas também é a medida para regular uma série de benefícios sociais, a exemplo da aposentadoria. Por isso, segundo o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Alberto Ramos, a discussão sobre o valor da menor remuneração paga no País não se limita a orçamentos domésticos mas também tem forte impacto sobre as finanças públicas.

"A Constituição diz que o salário mínimo deve sustentar a família. Mas você tem muitos tipos de famílias. Existe a trabalhadora que sustenta seus filhos. E tem um aluno da UnB que mora no Lago Sul. Que família deve ser sustentada pelo salário mínimo? É a família padrão, com homem, mulher e duas crianças? Neste caso se eu estabeleço um salário que sustente unicamente para esta família, não vou estar levando em conta a mulher solteira, que sustenta cinco filhos. E ainda seria muito para aquele estudante da UnB que mora no Lago Sul com os pais", comenta Ramos.

■ Setor público

Quando a questão ganha a esfera pública torna-se ainda mais controversa. Além das aposentadorias, referenciadas pelo mínimo, muitos municípios, especialmente das regiões Norte e Nordeste, têm sua folha de pagamento diretamente ligada ao mínimo. Segundo o Dieese, 20,65% dos servidores públicos municipais do Nordeste ganham até um salário mínimo.

"O prefeito de um destes municípios não deve falar publicamente que não quer aumentar o salário mínimo, mas ele tem um impacto na veia direta nas finanças públicas, se isso acontecer", completou.

■ Dois lados

Na avaliação do professor, a vinculação tem aspectos positivos e negativos. Se, por um lado, impede que o Governo Federal use de aumentos salariais para reduzir a diferença de renda entre ricos e pobres, por outro garante aos aposentados que suas aposentadorias tenham seu poder compra sempre atualizado.

"Os aposentados não tem poder de negociação. Eles fazem não greve. Essa desvinculação também é perigosa politicamente. O reajuste pode ser utilizado como recurso para ganhar votos no período eleitoral", alertou Ramos. Para a ele, se uma desvinculação fosse implementada, deveria ter regras claras de reajuste.